

E-BOOK

QUESTÕES INÉDITAS LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL SEFAZES



Estratégia
Concursos



APRESENTAÇÃO DO E-BOOK

Olá, Estrategista!

O concurso para o cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual do Espírito Santo está a todo vapor! A **Fundação Getúlio Vargas (FGV)** foi a banca examinadora escolhida para a realização do concurso, cujo edital está previsto para fevereiro de 2021.

Já sabemos que a disciplina de **Legislação Tributária** é de extrema importância para os concursos da área fiscal e a expectativa é de que esse cenário se repita para o concurso da SEFAZ ES. Por essa razão, é recomendado que o estudo dessa matéria seja intensificado *desde já* por todos os concurseiros que pretendem encarar esse novo certame.

Pensando nisso, a equipe do *Sistema de Questões do Estratégia* preparou esse e-book com **30 questões inéditas de Legislação Tributária do Estado do Espírito Santo**, elaboradas e comentadas pelo **Prof. Roberto Maia**, do nosso SQ.

Os tópicos principais das leis do ICMS, IPVA e ITCMD do Espírito Santo foram desmembrados em diversas questões literais para que você possa treinar e memorizar os artigos mais importantes.

Vale lembrar que em nosso Sistema de Questões temos mais de 1000 questões inéditas acerca desse conteúdo. Ao final desse e-book você encontrará os nossos cadernos de questões separados de acordo com os tópicos dessas leis.

Agora, vamos para a resolução?

BONS ESTUDOS!

QUESTÕES INÉDITAS – LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1. Enunciados das questões

ICMS

QUESTÃO 1 (4000677671):

Acerca das hipóteses de incidência dispostas na Lei do ICMS do Estado do Espírito Santo (Lei nº. 7.000/01), julgue o item a seguir.

A loja de videogames COD, cuja sede se encontra em Vitória/ES, estava com um estoque muito grande de mercadorias em sua sede. Dessa forma, a empresa decidiu enviar parte desse estoque para um armazém geral, localizado em Guarapari/ES. Com a pandemia a demanda por esses produtos cresceu bastante e a loja COD requereu que o armazém geral retornasse os seus produtos para sua sede. É correto afirmar que não houve incidência do ICMS no retorno das mercadorias para a loja COD.

- (☐) CERTO
(☐) ERRADO

QUESTÃO 2 (4000677517):

Sabe-se que a saída de mercadoria de um estabelecimento representa a ocorrência do fato gerador do ICMS. Assim, julgue o item a seguir com base na Lei Nº 7.000 do Espírito Santo.

Considera-se saída do estabelecimento do importador ou do adquirente, no Estado do Espírito Santo, a mercadoria ou bem estrangeiros saídos de repartição aduaneira ou depositária, com destino a estabelecimento diverso daquele que a tiver importado ou adquirido.

- (☐) CERTO
(☐) ERRADO

QUESTÃO 3 (4000677476):

No que diz respeito à ocorrência do fato gerador, julgue o item a seguir de acordo com a Lei Nº 7.000 do Espírito Santo.

Considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS no momento da emissão da nota fiscal que realizou a transmissão de propriedade de mercadoria, ou de título que a represente, quando a mercadoria não tiver transitado pelo estabelecimento transmitente.

- (☐) CERTO
(☐) ERRADO

QUESTÃO 4 (4000677655):

Acerca das hipóteses de incidência do ICMS, julgue o item que segue.

O ICMS não incide sobre operações com ouro, quando definido em Lei como processo produtivo básico.

- (☐) CERTO
(☐) ERRADO
-

QUESTÃO 5 (4000678818):

No que diz respeito à Base de Cálculo do ICMS do Estado do Espírito Santo, avalie o item que segue.

A base de cálculo, para fins de substituição tributária, será, em relação às operações ou prestações subsequentes, obtida pelo somatório das parcelas: o valor da operação ou prestação própria realizada pelo substituto tributário ou pelo substituído intermediário; o montante dos valores de seguro, de frete e de outros encargos cobrados ou transferíveis aos adquirentes ou tomadores de serviço e; a margem de valor agregado, inclusive lucro, relativa às operações ou prestações subsequentes.

- (☐) CERTO
(☐) ERRADO
-

QUESTÃO 6 (4000679750):

Julgue o item a seguir, no que se refere à alíquota do ICMS de acordo com a Lei nº. 7.000/01.

Aplica-se a alíquota de 12% nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior que, após o desembaraço aduaneiro, não tenham sido submetidos a processo de industrialização.

- (☐) CERTO
(☐) ERRADO
-

QUESTÃO 7 (4000684720):

Tomando como base a Lei Nº 7.000 do ICMS no Estado do Espírito Santo, julgue o item subsequente sobre documentação fiscal:

É considerado inidôneo, para todos os efeitos fiscais, fazendo prova apenas em favor do Fisco, o documento fiscal que tenha sido emitido por meio eletrônico, com dolo, fraude, simulação ou erro que possibilite, mesmo que a terceiro, o não-pagamento do imposto ou qualquer outra vantagem indevida.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO
-

QUESTÃO 8 (4000692880):

De acordo com a Lei nº 7.000, julgue o item a seguir:

Constitui infração toda ação ou omissão, desde que voluntária, que importe em inobservância, por parte de pessoa natural ou jurídica, de obrigação tributária, negativa ou positiva, estabelecida ou disciplinada em lei ou pelos atos administrativos de caráter normativo destinados a complementá-la.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO
-

QUESTÃO 9 (4000692885):

De acordo com a Lei nº 7.000, julgue o item a seguir no tange a infrações:

O fechamento do estabelecimento, impedindo-o de realizar qualquer operação, é uma das penalidades tributárias, passíveis de aplicação cumulativa, sem prejuízo das cominadas para o mesmo fato em lei criminal.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO
-

QUESTÃO 10 (4000682093):

No que diz respeito à Substituição Tributária, julgue o item a seguir.

Salvo as hipóteses expressas e previamente ajustadas em acordos, não se admitirá a imposição por outro Estado ou pelo Distrito Federal de regime de substituição, ou de seus efeitos, a operações ou prestações que venham a ocorrer no território deste Estado com mercadoria ou serviço proveniente de outro Estado ou do Distrito Federal.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO
-

QUESTÃO 11 (4000682092):

Com referência ao direito à restituição do valor do ICMS pago por força da substituição tributária correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar na forma da legislação vigente, julgue o item a seguir:

Na hipótese de ultrapassados os 90 dias e o contribuinte ter se creditado do valor da restituição, sobrevindo decisão contrária irrecorrível, o contribuinte substituído, no prazo de 15 dias da respectiva notificação, procederá ao estorno dos créditos lançados, também devidamente atualizados, com o pagamento dos acréscimos legais cabíveis.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO
-

QUESTÃO 12 (4000684721):

No que diz respeito ao documentário fiscal e às obrigações do contribuinte, julgue o item que segue.

Na impossibilidade de determinação do vencimento da obrigação tributária acessória relativa à escrituração de nota fiscal, considera-se vencida tal obrigação 5 úteis após a emissão do referido documento.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO
-

IPVA

QUESTÃO 13 (4000693700):

No que tange ao IPVA no Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

Ocorre não incidência do IPVA relativamente a veículo de propriedade de empresa locadora, a partir do mês seguinte ao da transferência para locação do veículo em outra Unidade da Federação, em caráter não esporádico, desde que seja comprovado o pagamento proporcional aos meses restantes do ano civil em favor da Unidade da Federação de destino.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO
-

QUESTÃO 14 (4000693769):

No que tange ao IPVA no Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

O imposto vencido e não pago no prazo regulamentar poderá ser recolhido em até 10 parcelas iguais, mensais e consecutivas, nunca inferiores ao valor equivalente a 50% VRTEs, hipótese em que as multas previstas serão acrescidas de 10% do valor do imposto devido.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO
-

QUESTÃO 15 (4000693733):

No que tange ao IPVA no Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

Cleiton adquiriu em janeiro de 2020 um veículo de carga para ser empregado apenas em serviços agrícolas, nem mesmo circulando por vias públicas. Sabendo que a base de cálculo do veículo adquirido por Cleiton é de R\$ 80.000, é correto afirmar que o valor do IPVA do ano de 2020 a ser pago é de R\$ 800,00.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO
-

QUESTÃO 16 (4000693714):

No que tange ao IPVA no Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

Para eximir-se da responsabilidade solidária, a pessoa jurídica ou o agente público deverá exigir comprovação de regular inscrição da empresa locadora no Cadastro de Contribuintes do IPVA, bem como do pagamento do imposto devido a este Estado, relativamente aos veículos objetos da locação.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO
-

QUESTÃO 17 (4000693548):

No que tange ao IPVA no Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

A previsão da ocorrência de fato gerador para empresas locadoras na Lei Nº 6.999 não se aplica a empresas locadoras de veículos fora do domicílio do Estado do Espírito Santo.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO
-

QUESTÃO 18 (4000693544):

No que tange ao IPVA no Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

A Molife, locadora de carros localizada no Espírito Santo, recebeu de sua filial no Rio de Janeiro um veículo usado para suprir a demanda de locação crescente no estado capixaba. Ao colocar o referido veículo a disposição para locação no mês de fevereiro de 2021 na Molife-ES, ocorrerá fato gerador do IPVA e março.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO
-

QUESTÃO 19 (4000693772):

No que tange ao IPVA no Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

O crédito tributário de natureza não contenciosa, decorrente do imposto vencido e não recolhido, é exigível mediante aviso de cobrança, independentemente de lançamento de ofício.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO
-

QUESTÃO 20 (4000693762):

No que tange ao IPVA no Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

A falta de recolhimento do imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos regulamentares, sujeita o infrator à aplicação de 1% do valor do imposto devido, por dia de atraso, se o recolhimento for efetuado espontaneamente, até 60 dias após o vencimento.

- (☐) CERTO
(☐) ERRADO
-

QUESTÃO 21 (4000693781):

No que tange ao IPVA no Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

Do produto da arrecadação do IPVA e dos acréscimos legais, 70% constituirá receita do Estado e 30%, do município em que estiver licenciado, inscrito ou matriculado o veículo, ou daquele em que situar-se o domicílio do proprietário, quando o veículo não estiver sujeito à inscrição, matrícula ou licenciamento.

- (☐) CERTO
(☐) ERRADO
-

ITCMD

QUESTÃO 22 (4000693902):

No tocante ao ITCMD no Estado do Espírito Santo, avalie o item a seguir:

Bruno, residente no Espírito Santo, doou para Caio, morador do Acre, uma moto para ajudar no seu deslocamento para o trabalho. É correto afirmar que será devido ITCMD para o Estado do Espírito Santo.

- (☐) CERTO
(☐) ERRADO
-

QUESTÃO 23 (4000693880):

No tocante ao ITCMD no Estado do Espírito Santo, avalie o item a seguir:

Lucas e Bruna se divorciaram após anos de casados. O patrimônio produzido pelo casal chegou a ser 1 carro de R\$ 100.000,00, 1 apartamento de R\$ 750.000,00 e um investimento no valor de R\$ 250.000. Ao final da separação, Lucas ficou com o apartamento e Bruna com o carro e os investimentos. Sendo assim, é correto afirmar que haverá incidência do ITCMD sobre R\$ 200.000,00.

- (☐) CERTO
(☐) ERRADO
-

QUESTÃO 24 (4000694116):

Tomando como base a Lei Nº 10.011/13, lei que dispõe sobre o ITCMD no Espírito Santo, analise o item a seguir:

Chico doou para seu pai uma grande quantia em dinheiro para ajudar na sua aposentadoria. Tal doação foi realizada sem formalização alguma. Nesse sentido, considera-se ocorrido o fato gerador do ITCMD na data do lançamento do imposto.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO
-

QUESTÃO 25 (4000694142):

Tomando como base a Lei Nº 10.011/13, lei que dispõe sobre o ITCMD no Espírito Santo, analise o item a seguir:

Caio, menor de idade, recebeu uma herança do seu Avô André. No tocante a sujeição passiva, é correto afirmar que Caio será contribuinte do ITCMD.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO
-

QUESTÃO 26 (4000694524):

Tendo em vista a Lei 10.011 no Estado do Espírito Santo, avalie a questão a seguir sobre ITCMD.

O serventuário ou o funcionário que não observar os dispositivos legais e regulamentares relativos ao imposto, concorrendo de qualquer modo para o seu não pagamento, ficarão sujeitos às mesmas penalidades estabelecidas para os contribuintes, devendo ser notificado para o recolhimento da multa pecuniária.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO
-

QUESTÃO 27 (4000694420):

Tendo em vista a Lei 10.011/13 no Estado do Espírito Santo, avalie a questão a seguir sobre ITCMD.

A base de cálculo do ITCMD será determinada pela SEFAZ, com base nos elementos de que dispuser e, ainda, naqueles declarados pelo contribuinte.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO
-

QUESTÃO 28 (4000694418):

Tendo em vista a Lei 10.011/13 no Estado do Espírito Santo, avalie a questão a seguir sobre ITCMD.

Na hipótese de sucessivas doações entre os mesmos doador e donatário, serão consideradas todas as transmissões realizadas a esse título, dentro de 5 anos, devendo o imposto ser recalculado a cada nova doação, adicionando-se à base de cálculo os valores dos bens anteriormente transmitidos e deduzindo-se os valores dos impostos já recolhidos.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO
-

QUESTÃO 29 (4000694140):

Tomando como base a Lei Nº 10.011/13, lei que dispõe sobre o ITCMD no Espírito Santo, analise o item a seguir:

Herculano recebeu uma doação e declarou tudo junto a Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo para fins de cálculo do ITCMD. Após isso, analisou o documento de arrecadação e observou que o valor a pagar era o equivalente a 5 VRTEs. É correto afirmar que Herculano está isento do pagamento do imposto.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO
-

QUESTÃO 30 (4000694516):

Tendo em vista a Lei 10.011 no Estado do Espírito Santo, avalie a questão a seguir sobre ITCMD.

Aplicar-se-á a penalidade, nos casos em que o sujeito passivo deixar de recolher o imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos regulamentares, de sessenta por cento do valor do imposto devido, se o recolhimento for motivado por ação fiscal.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO

2. Gabarito

Questão	Certo	Errado	Questão	Certo	Errado
1			16		
2			17		
3			18		
4			19		
5			20		
6			21		
7			22		
8			23		
9			24		
10			25		
11			26		
12			27		
13			28		
14			29		
15			30		

3. Solução das questões

ICMS

QUESTÃO 1 (4000677671):

Acerca das hipóteses de incidência dispostas na Lei do ICMS do Estado do Espírito Santo (Lei nº. 7.000/01), julgue o item a seguir.

A loja de videogames COD, cuja sede se encontra em Vitória/ES, estava com um estoque muito grande de mercadorias em sua sede. Dessa forma, a empresa decidiu enviar parte desse estoque para um armazém geral, localizado em Guarapari/ES. Com a pandemia a demanda por esses produtos cresceu bastante e a loja COD requereu que o armazém geral retornasse os seus produtos para sua sede. É correto afirmar que não houve incidência do ICMS no retorno das mercadorias para a loja COD.

(X) CERTO

() ERRADO

Solução:

Exatamente. Estamos diante de um mero armazenamento. Perceba que não houve troca de proprietário da mercadoria, apenas local. No entanto, caso o armazém geral estivesse localizado fora do estado do ES, haveria incidência.

LEI Nº 7.000 / 2001 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Espírito Santo:

Art. 4.º O imposto não incide sobre:

XI - saídas de mercadorias com destino a armazém geral situado neste Estado, para depósito em nome do remetente;

XII - saídas de mercadorias dos estabelecimentos referidos nos incisos X e XI, em retorno ao estabelecimento depositante.

QUESTÃO 2 (4000677517):

Sabe-se que a saída de mercadoria de um estabelecimento representa a ocorrência do fato gerador do ICMS. Assim, julgue o item a seguir com base na Lei Nº 7.000 do Espírito Santo.

Considera-se saída do estabelecimento do importador ou do adquirente, no Estado do Espírito Santo, a mercadoria ou bem estrangeiros saídos de repartição aduaneira ou depositária, com destino a estabelecimento diverso daquele que a tiver importado ou adquirido.

(X) CERTO

() ERRADO

Solução:

Perfeito, é a literalidade do artigo 3º, §4º, inciso III. Considerar que saiu de um estabelecimento, significa considerar que ocorreu o fato gerador, base do ICMS.

Quando há uma importação a mercadoria passa por uma repartição aduaneira e depois chega no local do importador. Quando a repartição envia a mercadoria para um local diverso do importador, para evitar que a Fazenda deixe de receber, ela já considera fato gerador nesse momento que saiu a mercadoria da repartição aduaneira.

LEI Nº 7.000 / 2001 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Espírito Santo

Art. 3.º (...) § 4.º Considera-se saída do estabelecimento:

III - do importador ou do adquirente, neste Estado, a mercadoria ou bem estrangeiros saídos de repartição aduaneira ou depositária, com destino a estabelecimento diverso daquele que a tiver importado ou adquirido;

QUESTÃO 3 (4000677476):

No que diz respeito à ocorrência do fato gerador, julgue o item a seguir de acordo com a Lei Nº 7.000 do Espírito Santo.

Considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS no momento da emissão da nota fiscal que realizou a transmissão de propriedade de mercadoria, ou de título que a represente, quando a mercadoria não tiver transitado pelo estabelecimento transmitente.

() CERTO
(X) ERRADO

Solução:

"Considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS no momento da ~~emissão da nota fiscal~~ que realizou a transmissão de propriedade de mercadoria, ou de título que a represente, quando a mercadoria não tiver transitado pelo estabelecimento transmitente."

O correto seria no momento da transmissão da propriedade ou título que represente a mercadoria. O momento da emissão da nota fiscal é posterior a transmissão, logo, a questão está incorreta.

LEI Nº 7.000 / 2001 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Espírito Santo

Art. 3.º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento:

IV - da transmissão de propriedade de mercadoria, ou de título que a represente, quando a mercadoria não tiver transitado pelo estabelecimento transmitente;

QUESTÃO 4 (4000677655):

Acerca das hipóteses de incidência do ICMS, julgue o item que segue.

O ICMS não incide sobre operações com ouro, quando definido em Lei como processo produtivo básico.

() CERTO
(X) ERRADO

Solução:

*"O ICMS não incide sobre operações com ouro, quando definido em Lei como **processo produtivo básico**."*

O correto seria **ativo financeiro ou instrumento cambial**.

Sobre o ouro quando este possui função de ativo financeiro ou instrumento cambial **INCIDE APENAS IOF**. Esse ouro é utilizado para reservas e estabilização de moeda, logo não pode haver incidência de ICMS.

Atente-se para o caso de mercadorias feitas com ouro. Sobre estas incide o ICMS, pois o ouro passa a ter função de mercadoria comum. Como joias, brincos e etc.

LEI Nº 7.000 / 2001 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Espírito Santo

Art. 4.º O imposto não incide sobre:

IV - operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial;

QUESTÃO 5 (4000678818):

No que diz respeito à Base de Cálculo do ICMS do Estado do Espírito Santo, avalie o item que segue.

A base de cálculo, para fins de substituição tributária, será, em relação às operações ou prestações subsequentes, obtida pelo somatório das parcelas: o valor da operação ou prestação própria realizada pelo substituto tributário ou pelo substituído intermediário; o montante dos valores de seguro, de frete e de outros encargos cobrados ou transferíveis aos adquirentes ou tomadores de serviço e; a margem de valor agregado, inclusive lucro, relativa às operações ou prestações subsequentes.

(X) CERTO
() ERRADO

Solução:

Exatamente. Na ST para frente temos 3 parcelas a serem somadas para prever o valor final do produto a ser comercializado.

LEI Nº 7.000 / 2001 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Espírito Santo

Art. 16. A base de cálculo, para fins de substituição tributária, será:

II - em relação às operações ou prestações subsequentes, obtida pelo somatório das parcelas seguintes:

- a) o valor da operação ou prestação própria realizada pelo substituto tributário ou pelo substituído intermediário;
- b) o montante dos valores de seguro, de frete e de outros encargos cobrados ou transferíveis aos adquirentes ou tomadores de serviço;
- c) a margem de valor agregado, inclusive lucro, relativa às operações ou prestações subsequentes.

QUESTÃO 6 (4000679750):

Julgue o item a seguir, no que se refere à alíquota do ICMS de acordo com a Lei nº. 7.000/01.

Aplica-se a alíquota de 12% nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior que, após o desembaraço aduaneiro, não tenham sido submetidos a processo de industrialização.

() CERTO
(X) ERRADO

Solução:

~~“Aplica-se a alíquota de 12% nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior que, após o desembaraço aduaneiro, não tenham sido submetidos a processo de industrialização.”~~

O correto seria 4%.

4% <ul style="list-style-type: none">• Transporte de aéreo de passageiro, carga e mala postal• Operações interestaduais com bens* do importados do exterior destinados a contribuinte ou não desde que:<ul style="list-style-type: none">○ Sem industrialização○ Com industrialização <=40%	12% <ul style="list-style-type: none">• Operações interestaduais para contribuintes;• Prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal.• Energia Elétrica para produção agrícola, inclusive irrigação• Energia elétrica com consumo até 50Kwh.• Saída interna de banana• Óleo diesel e biodiesel• Saída interna de leite, exceto longa vida UHT em recipiente de até 2L produzido em outra UF	25% <ul style="list-style-type: none">• Demais operações de energia elétrica.• Serviço de Comunicação• Armas e munições, suas partes e acessórios• Bebidas alcoólicas• Fumos e seus sucedâneos• Embarcações de esporte e recreação.• Joias e bijuterias• Perfumes e cosméticos• Fogos de artifícios• Asas-deltas, balões e dirigíveis• Jogos eletrônicos de vídeo• Querosene de aviação• Confetes e serpentinas.• Cachimbos e piteiras• Cartas para jogar
17% <ul style="list-style-type: none">• Alíquota geral para operações internas.• Desde que artesanais em produzidos no ES: Aguardente de cana de açúcar ou melaço, vinho de uvas frescas e vinho alcoólicos	27% <ul style="list-style-type: none">• Gasolina• Álcool de todos os tipos, inclusive carburante.	

***Não** se aplica a alíquota de 4% se **NÃO** existir similar nacional; se for produzido em conformidade com o processo produtivo básico e para o gás natural.

Observe esse esquema sobre as alíquotas no Estado do Espírito Santo.

LEI Nº 7.000 / 2001 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Espírito Santo

Art. 20. As alíquotas do Imposto quanto às Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e às Prestações de Serviços de Comunicação e de Transporte Interestadual e Intermunicipal são:

VII - 4% (quatro por cento), nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior, observado o disposto no § 4º.

(...)

§ 4º O disposto no artigo 20, VII:

I - aplica-se aos bens e mercadorias que, após seu desembaraço aduaneiro:

a) não tenham sido submetidos a processo de industrialização;

QUESTÃO 7 (4000684720):

Tomando como base a Lei Nº 7.000 do ICMS no Estado do Espírito Santo, julgue o item subsequente sobre documentação fiscal:

É considerado inidôneo, para todos os efeitos fiscais, fazendo prova apenas em favor do Fisco, o documento fiscal que tenha sido emitido por meio eletrônico, com dolo, fraude, simulação ou erro que possibilite, mesmo que a terceiro, o não-pagamento do imposto ou qualquer outra vantagem indevida.

☒ **CERTO**

☐ **ERRADO**

Solução:

Literalidade. Note que tal situação fornece prova apenas à fazenda e, além disso, percebe-se que abrange também os documentos fraudulentos enviados não somente à Fazenda, mas também consumidores (terceiros).

LEI Nº 7.000 / 2001 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Espírito Santo

Art. 61 § 3.º É considerado inidôneo, para todos os efeitos fiscais, fazendo prova apenas em favor do Fisco, o documento fiscal que:

XII - tenha sido emitido por meio eletrônico, com dolo, fraude, simulação ou erro que possibilite, mesmo que a terceiro, o não-pagamento do imposto ou qualquer outra vantagem indevida.

QUESTÃO 8 (4000692880):

De acordo com a Lei nº 7.000, julgue o item a seguir:

Constitui infração toda ação ou omissão, desde que voluntária, que importe em inobservância, por parte de pessoa natural ou jurídica, de obrigação tributária, negativa ou positiva, estabelecida ou disciplinada em lei ou pelos atos administrativos de caráter normativo destinados a complementá-la.

() CERTO
(X) ERRADO

Solução:

“Constitui infração toda ação ou omissão, ~~desde que voluntária~~, que importe em inobservância, por parte de pessoa natural ou jurídica, de obrigação tributária, negativa ou positiva, estabelecida ou disciplinada em lei ou pelos atos administrativos de caráter normativo destinados a complementá-la.”

O conceito de **infração também abrange atos e omissões involuntários**. Como a questão limitou aos voluntários, encontra-se errada.

LEI Nº 7.000 / 2001 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Espírito Santo

Art. 114. Constitui infração toda ação ou omissão voluntária ou involuntária, que importe em inobservância, por parte de pessoa natural ou jurídica, de obrigação tributária, negativa ou positiva, estabelecida ou disciplinada em lei ou pelos atos administrativos de caráter normativo destinados a complementá-la.

QUESTÃO 9 (4000692885):

De acordo com a Lei nº 7.000, julgue o item a seguir no tange a infrações:

O fechamento do estabelecimento, impedindo-o de realizar qualquer operação, é uma das penalidades tributárias, passíveis de aplicação cumulativa, sem prejuízo das cominadas para o mesmo fato em lei criminal.

() CERTO
(X) ERRADO

Solução:

“O fechamento do estabelecimento, impedindo-o de realizar qualquer operação, ~~é uma das penalidades tributárias~~, passíveis de aplicação cumulativa, sem prejuízo das cominadas para o mesmo fato em lei criminal.”

Perceba que no rol de penalidades previsto não há fechamento do estabelecimento, pois isso impossibilitaria o contribuinte de trabalhar, ferindo um princípio constitucional.

LEI Nº 7.000 / 2001 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Espírito Santo

Art. 115. São penalidades tributárias, passíveis de aplicação cumulativa, sem prejuízo das cominadas para o mesmo fato em lei criminal:

- I - cancelamento de regimes ou controles especiais estabelecidos em benefício do contribuinte;*
- II - suspensão ou cancelamento de benefícios ou incentivos fiscais;*
- III - sujeição a regime especial de fiscalização;*
- IV - suspensão ou cancelamento de inscrição;*
- V - apreensão de bens, mercadorias ou documentário fiscal;*
- VI - multas.*

QUESTÃO 10 (4000682093):

No que diz respeito à Substituição Tributária, julgue o item a seguir.

Salvo as hipóteses expressas e previamente ajustadas em acordos, não se admitirá a imposição por outro Estado ou pelo Distrito Federal de regime de substituição, ou de seus efeitos, a operações ou prestações que venham a ocorrer no território deste Estado com mercadoria ou serviço proveniente de outro Estado ou do Distrito Federal.

(X) CERTO
() ERRADO

Solução:

Literalidade. O que esse dispositivo quer dizer é que a substituição tributária em operações interestaduais deve estar previamente ajustada ou acordada entre os respectivos estados.

LEI Nº 7.000 / 2001 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Espírito Santo

Art. 33. Salvo as hipóteses expressas e previamente ajustadas em acordos, não se admitirá a imposição por outro Estado ou pelo Distrito Federal de regime de substituição, ou de seus efeitos, a operações ou prestações que venham a ocorrer no território deste Estado com mercadoria ou serviço proveniente de outro Estado ou do Distrito Federal.

QUESTÃO 11 (4000682092):

Com referência ao direito à restituição do valor do ICMS pago por força da substituição tributária correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar na forma da legislação vigente, julgue o item a seguir:

Na hipótese de ultrapassados os 90 dias e o contribuinte ter se creditado do valor da restituição, sobrevindo decisão contrária irrecorrível, o contribuinte substituído, no prazo de 15 dias da respectiva notificação, procederá ao estorno dos créditos lançados, também devidamente atualizados, com o pagamento dos acréscimos legais cabíveis.

(X) CERTO
() ERRADO

Solução:

Exatamente. Perceba que a decisão deve ser **IRRECORRÍVEL**, ou seja, definitiva, não havendo mais oportunidade de ser alterada.

LEI Nº 7.000 / 2001 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Espírito Santo

Art. 32. A restituição de que trata o art. 31, quando cabível, dar-se-á na exata proporção dos valores apresentados e devidamente comprovados pelo sujeito passivo.
§ 1.º Formulado o pedido de restituição e **não havendo deliberação no prazo de 90 (noventa) dias**, o contribuinte substituído poderá se creditar, em sua escrita fiscal, do valor objeto do pedido, devidamente atualizado segundo os mesmos critérios aplicáveis ao imposto.

§ 2.º Na hipótese do parágrafo anterior, **sobrevindo decisão contrária irrecorrível**, o contribuinte substituído, no prazo de 15 (quinze) dias da respectiva notificação, procederá ao estorno dos créditos lançados, também devidamente atualizados, com o pagamento dos acréscimos legais cabíveis.

QUESTÃO 12 (4000684721):

No que diz respeito ao documentário fiscal e às obrigações do contribuinte, julgue o item que segue.

Na impossibilidade de determinação do vencimento da obrigação tributária acessória relativa à escrituração de nota fiscal, considera-se vencida tal obrigação 5 úteis após a emissão do referido documento.

() CERTO

(X) ERRADO

Solução:

“Na impossibilidade de determinação do vencimento da obrigação tributária acessória relativa à escrituração de nota fiscal, considera-se vencida tal obrigação 5 **úteis** após a emissão do referido documento.”

Não são dias úteis, mas sim 5 dias **corridos**. Prazos são frequentemente cobrados em prova, pois mudam muito entre os estados. Além disso, cobra-se também o tipo de contagem dos prazos.

LEI Nº 7.000 / 2001 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Espírito Santo

Art. 61

§ 4.º Na impossibilidade de determinação do vencimento da obrigação tributária acessória relativa à escrituração de nota fiscal, considera-se vencida tal obrigação 5 (cinco dias) após a emissão do referido documento.

IPVA

QUESTÃO 13 (4000693700):

No que tange ao IPVA no Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

Ocorre não incidência do IPVA relativamente a veículo de propriedade de empresa locadora, a partir do mês seguinte ao da transferência para locação do veículo em outra Unidade da Federação, em caráter não esporádico, desde que seja comprovado

o pagamento proporcional aos meses restantes do ano civil em favor da Unidade da Federação de destino.

() CERTO
(X) ERRADO

Solução:

"~~Ocorre não incidência~~ do IPVA relativamente a veículo de propriedade de empresa locadora, a partir do mês seguinte ao da transferência para locação do veículo em outra Unidade da Federação, em caráter não esporádico, desde que seja comprovado o pagamento proporcional aos meses restantes do ano civil em favor da Unidade da Federação de destino."

Na verdade, **ocorre uma dispensa de pagamento**. O conceito de não incidência não se aplica aqui. Não incidência é um conceito de limitação de competência do imposto. Aqui houve a incidência, mas não houve o pagamento.

LEI Nº 6.999/2001 – Lei que instituiu o IPVA no Estado do Espírito Santo

Art. 7º Fica **dispensado o pagamento** de IPVA:

II - relativamente a veículo de propriedade de empresa locadora, a partir do mês seguinte ao da transferência para locação do veículo em outra Unidade da Federação, em caráter não esporádico, desde que seja comprovado o pagamento proporcional aos meses restantes do ano civil em favor da Unidade da Federação de destino.

QUESTÃO 14 (4000693769):

No que tange ao IPVA no Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

O imposto vencido e não pago no prazo regulamentar poderá ser recolhido em até 10 parcelas iguais, mensais e consecutivas, nunca inferiores ao valor equivalente a 50% VRTEs, hipótese em que as multas previstas serão acrescidas de 10% do valor do imposto devido.

(X) CERTO
() ERRADO

Solução:

Vejam quantas informações importantes. O parcelamento pode ser de até **10 parcelas**, desde que sejam **iguais** (não pode valores diferentes), **consecutivas** (não podem ser parcelas bimestrais) e há um **valor mínimo**. Esse valor mínimo pode ser responsável por reduzir o número de parcelas, já que ele é um fator limitador.

LEI Nº 6.999/2001 – Lei que instituiu o IPVA no Estado do Espírito Santo

Art. 26-A. O imposto vencido e não pago no prazo regulamentar poderá ser recolhido em até 10 (dez) parcelas iguais, mensais e consecutivas, nunca inferiores ao valor equivalente a 50% (cinquenta) VRTEs, hipótese em que as multas previstas nos artigos 25 e 26 serão acrescidas de 10% (dez por cento) do valor do imposto devido.

QUESTÃO 15 (4000693733):

No que tange ao IPVA no Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

Cleiton adquiriu em janeiro de 2020 um veículo de carga para ser empregado apenas em serviços agrícolas, nem mesmo circulando por vias públicas. Sabendo que a base de cálculo do veículo adquirido por Cleiton é de R\$ 80.000, é correto afirmar que o valor do IPVA do ano de 2020 a ser pago é de R\$ 800,00.

() CERTO
(X) ERRADO

Solução:

Cleiton adquiriu em janeiro de 2020 um veículo de carga para ser empregado apenas em serviços agrícolas, nem mesmo circulando por vias públicas. Sabendo que a base de cálculo do veículo adquirido por Cleiton é de R\$ 80.000, ~~é correto afirmar que o valor do IPVA do ano de 2020 a ser pago é de R\$ 800,00.~~

Não há que se falar em IPVA a pagar, pois estamos diante de um **caso de isenção**. Isenção é a dispensa legal do pagamento do tributo.

LEI Nº 6.999/2001 – Lei que instituiu o IPVA no Estado do Espírito Santo

Art. 12. As alíquotas do Imposto são:

II - 01% (um por cento) para:

*a) veículos de carga, ônibus, caminhões, motocicletas, ciclomotores e outros veículos;
(...)*

*Art. 6.º São **isentos** do pagamento do imposto:*

I - os proprietários de:

*a) veículos empregados em serviços agrícolas e de terraplanagem, **desde que não circulem em vias públicas**;*

QUESTÃO 16 (4000693714):

No que tange ao IPVA no Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

Para eximir-se da responsabilidade solidária, a pessoa jurídica ou o agente público deverá exigir comprovação de regular inscrição da empresa locadora no Cadastro de Contribuintes do IPVA, bem como do pagamento do imposto devido a este Estado, relativamente aos veículos objetos da locação.

(X) CERTO
() ERRADO

Solução:

O agente público ou pessoa jurídica passam a ser responsáveis quando locarem veículos para uso no ES. No entanto, **se pedirem a comprovação da inscrição e do pagamento do imposto devido no ES, fica afastada a responsabilidade.**

LEI Nº 6.999/2001 – Lei que instituiu o IPVA no Estado do Espírito Santo

Art. 10. Respondem solidariamente pelo pagamento do Imposto e dos acréscimos legais:

VII - a pessoa jurídica de direito privado, que tomar em locação veículo para uso neste Estado, em relação aos fatos geradores ocorridos nos exercícios em que o veículo estiver sob locação;

§ 2º Para eximir-se da responsabilidade prevista nos incisos VII e VIII deste artigo, a pessoa jurídica ou o agente público deverá exigir comprovação de regular inscrição da empresa locadora no Cadastro de Contribuintes do IPVA, bem como do pagamento do imposto devido a este Estado, relativamente aos veículos objetos da locação.

QUESTÃO 17 (4000693548):

No que tange ao IPVA no Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

A previsão da ocorrência de fato gerador para empresas locadoras na Lei Nº 6.999 não se aplica a empresas locadoras de veículos fora do domicílio do Estado do Espírito Santo.

() CERTO
(X) ERRADO

Solução:

“A previsão de ocorrência de fato gerador para empresas locadoras na Lei Nº 6.999, **não** se aplica a empresas locadoras de veículos fora do domicílio do Estado do Espírito Santo.”

Na verdade, **aplica-se seja qual for o domicílio da empresa locadora.**

LEI Nº 6.999/2001 – Lei que instituiu o IPVA no Estado do Espírito Santo

Art. 3.º § 2º O disposto no inciso VI deste artigo aplica-se às empresas locadoras de veículos qualquer que seja o seu domicílio, sem prejuízo da aplicação das disposições dos incisos I a V, no que couber.

QUESTÃO 18 (4000693544):

No que tange ao IPVA no Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

A Molife, locadora de carros localizada no Espírito Santo, recebeu de sua filial no Rio de Janeiro um veículo usado para suprir a demanda de locação crescente no estado capixaba. Ao colocar o referido veículo a disposição para locação no mês de fevereiro de 2021 na Molife-ES, ocorrerá fato gerador do IPVA e março.

(X) CERTO
() ERRADO

Solução:

Exatamente, contextualização do inciso VI alínea b.

LEI Nº 6.999/2001 – Lei que instituiu o IPVA no Estado do Espírito Santo

Art. 3.º Ocorre o fato gerador do Imposto:

VI - relativamente a veículo de propriedade de empresa locadora:

b) no mês subsequente da data em que vier a ser locado ou colocado à disposição para locação no território deste Estado, em se tratando de veículo usado registrado anteriormente em outro Estado;

QUESTÃO 19 (4000693772):

No que tange ao IPVA no Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

O crédito tributário de natureza não contenciosa, decorrente do imposto vencido e não recolhido, é exigível mediante aviso de cobrança, independentemente de lançamento de ofício.

(X) CERTO

() ERRADO

Solução:

Literalidade. Perceba que o **aviso de cobrança não significa lançamento de ofício.**

LEI Nº 6.999/2001 – Lei que instituiu o IPVA no Estado do Espírito Santo

Art. 29-A. Considera-se de natureza não contenciosa, o crédito tributário decorrente do imposto vencido e não recolhido.

§ 1.º O crédito tributário de que trata este artigo:

I - é exigível mediante aviso de cobrança, independentemente de lançamento de ofício;

QUESTÃO 20 (4000693762):

No que tange ao IPVA no Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

A falta de recolhimento do imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos regulamentares, sujeita o infrator à aplicação de 1% do valor do imposto devido, por dia de atraso, se o recolhimento for efetuado espontaneamente, até 60 dias após o vencimento.

() CERTO

(X) ERRADO

Solução:

“A falta de recolhimento do imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos regulamentares, sujeita o infrator à aplicação de ~~1%~~ do valor do imposto devido, por dia de atraso, se o recolhimento for efetuado espontaneamente, até 60 dias após o vencimento.”

O correto seria **0,33% por dia de atraso** e não 1%. O valor de 1% por dia resultaria num valor muito mais superior.

LEI Nº 6.999/2001 – Lei que instituiu o IPVA no Estado do Espírito Santo

Art. 25. A falta de recolhimento do imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos regulamentares, sujeita o infrator à aplicação das seguintes penalidades:

*I - **0,33%** (trinta e três centésimos por cento) do valor do imposto devido, por dia de atraso, se o recolhimento for efetuado espontaneamente, até 60 (sessenta) dias após o vencimento.*

QUESTÃO 21 (4000693781):

No que tange ao IPVA no Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

Do produto da arrecadação do IPVA e dos acréscimos legais, 70% constituirá receita do Estado e 30%, do município em que estiver licenciado, inscrito ou matriculado o veículo, ou daquele em que situar-se o domicílio do proprietário, quando o veículo não estiver sujeito à inscrição, matrícula ou licenciamento.

() CERTO

(X) ERRADO

Solução:

“Do produto da arrecadação do IPVA e dos acréscimos legais, ~~70% constituirá receita do Estado e 30%~~, do município em que estiver licenciado, inscrito ou matriculado o veículo, ou daquele em que situar-se o domicílio do proprietário, quando o veículo não estiver sujeito à inscrição, matrícula ou licenciamento.”

Na verdade, a **repartição é 50% para o Estado e 50% para o município.**

LEI Nº 6.999/2001 – Lei que instituiu o IPVA no Estado do Espírito Santo

Art. 30. Do produto da arrecadação do IPVA e dos acréscimos legais, 50% (cinquenta por cento) constituirá receita do Estado e 50% (cinquenta por cento), do município em que estiver licenciado, inscrito ou matriculado o veículo, ou daquele em que situar-se o domicílio do proprietário, quando o veículo não estiver sujeito à inscrição, matrícula ou licenciamento.

ITCMD

QUESTÃO 22 (4000693902):

No tocante ao ITCMD no Estado do Espírito Santo, avalie o item a seguir:

Bruno, residente no Espírito Santo, doou para Caio, morador do Acre, uma moto para ajudar no seu deslocamento para o trabalho. É correto afirmar que será devido ITCMD para o Estado do Espírito Santo.

(X) CERTO

() ERRADO

Solução:

Contextualização do art. 4º, II, b, 1. Veja que, inicialmente, o foco recai sobre o doador. Apenas quando o doador não possui domicílio é que os olhos recaem sobre o donatário (quem recebe a doação).

LEI Nº 10.011/2013 – Lei que dispõe sobre o ITCMD no Estado do Espírito Santo

Art. 4.º O imposto é devido a este Estado:

II - em relação a bens móveis, títulos, créditos e direitos, quando:

b) na hipótese de transmissão por doação:

1. o doador tenha domicílio neste Estado;

QUESTÃO 23 (4000693880):

No tocante ao ITCMD no Estado do Espírito Santo, avalie o item a seguir:

Lucas e Bruna se divorciaram após anos de casados. O patrimônio produzido pelo casal chegou a ser 1 carro de R\$ 100.000,00, 1 apartamento de R\$ 750.000,00 e um investimento no valor de R\$ 250.000. Ao final da separação, Lucas ficou com o apartamento e Bruna com o carro e os investimentos. Sendo assim, é correto afirmar que haverá incidência do ITCMD sobre R\$ 200.000,00.

(X) CERTO

() ERRADO

Solução:

Exatamente. Total do patrimônio: R\$ 1.100.000,00, ou seja, a meação deveria ser R\$ 550.000,00 para cada um. Se Lucas ficou com R\$ 750.000,00 (valor do apartamento) significa que Lucas recebeu R\$ 200.000,00 a mais que a meação. Logo, para o ITCMD, isso representa que Bruna doou R\$ 200.000 para Lucas, havendo incidência do imposto.

LEI Nº 10.011/2013 – Lei que dispõe sobre o ITCMD no Estado do Espírito Santo

*Art. 2.º § 4.º O imposto incide, também, na transmissão de bens e direitos que, na divisão de patrimônio comum, na partilha ou na adjudicação, forem atribuídos a um dos cônjuges ou companheiros, ou a qualquer herdeiro, **acima do valor da meação ou do respectivo quinhão.***

QUESTÃO 24 (4000694116):

Tomando como base a Lei Nº 10.011/13, lei que dispõe sobre o ITCMD no Espírito Santo, analise o item a seguir:

Chico doou para seu pai uma grande quantia em dinheiro para ajudar na sua aposentadoria. Tal doação foi realizada sem formalização alguma. Nesse sentido, considera-se ocorrido o fato gerador do ITCMD na data do lançamento do imposto.

() CERTO
(X) ERRADO

Solução:

"Chico doou para seu pai uma grande quantia em dinheiro para ajudar na sua aposentadoria. Tal doação foi realizada sem formalização alguma. Nesse sentido, considera-se ocorrido o fato gerador do ITCMD ~~na data do lançamento do imposto.~~"

Na verdade, é na **data da ocorrência do ato ou negócio jurídico.**

LEI Nº 10.011/2013 – Lei que dispõe sobre o ITCMD no Estado do Espírito Santo

Art. 6.º Ocorre o fato gerador do imposto:

II - na transmissão por doação, na data:

h) do ato ou negócio jurídico, nos casos em que não houver formalização.

QUESTÃO 25 (4000694142):

Tomando como base a Lei Nº 10.011/13, lei que dispõe sobre o ITCMD no Espírito Santo, analise o item a seguir:

Caio, menor de idade, recebeu uma herança do seu Avô André. No tocante a sujeição passiva, é correto afirmar que Caio será contribuinte do ITCMD.

(X) CERTO
() ERRADO

Solução:

Exatamente. **Não importa se Caio é menor de idade, ele será contribuinte do ITMCD.**

LEI Nº 10.011/2013 – Lei que dispõe sobre o ITCMD no Estado do Espírito Santo

Art. 8.º São contribuintes do imposto:

I - o herdeiro ou o legatário, na transmissão causa mortis;

QUESTÃO 26 (4000694524):

Tendo em vista a Lei 10.011 no Estado do Espírito Santo, avalie a questão a seguir sobre ITCMD.

O serventuário ou o funcionário que não observar os dispositivos legais e regulamentares relativos ao imposto, concorrendo de qualquer modo para o seu não pagamento, ficarão sujeitos às mesmas penalidades estabelecidas para os contribuintes, devendo ser notificado para o recolhimento da multa pecuniária.

(X) CERTO
() ERRADO

Solução:

Exatamente. Além da atribuição da responsabilidade, **a lei 10.011 sujeita a esses servidores as mesmas penalidades do contribuinte.**

LEI Nº 10.011/2013 – Lei que dispõe sobre o ITCMD no Estado do Espírito Santo

*Art. 19. O serventuário ou o funcionário que não observar os dispositivos legais e regulamentares relativos ao imposto, concorrendo de qualquer modo para o seu não pagamento, **ficarão sujeitos às mesmas penalidades estabelecidas para os contribuintes**, devendo ser notificado para o recolhimento da multa pecuniária.*

QUESTÃO 27 (4000694420):

Tendo em vista a Lei 10.011/13 no Estado do Espírito Santo, avalie a questão a seguir sobre ITCMD.

A base de cálculo do ITCMD será determinada pela SEFAZ, com base nos elementos de que dispuser e, ainda, naqueles declarados pelo contribuinte.

☒ **CERTO**
☐ **ERRADO**

Solução:

A determinação do valor venal é uma **junção de informações da fazenda, bem como declaradas pelo contribuinte.**

LEI Nº 10.011/2013 – Lei que dispõe sobre o ITCMD no Estado do Espírito Santo

Art. 11. A base de cálculo a que se refere o art. 10 será determinada pela Sefaz, com base nos elementos de que dispuser e, ainda, naqueles declarados pelo contribuinte.

QUESTÃO 28 (4000694418):

Tendo em vista a Lei 10.011/13 no Estado do Espírito Santo, avalie a questão a seguir sobre ITCMD.

Na hipótese de sucessivas doações entre os mesmos doador e donatário, serão consideradas todas as transmissões realizadas a esse título, dentro de 5 anos, devendo o imposto ser recalculado a cada nova doação, adicionando-se à base de cálculo os valores dos bens anteriormente transmitidos e deduzindo-se os valores dos impostos já recolhidos.

☐ **CERTO**
☒ **ERRADO**

Solução:

“Na hipótese de sucessivas doações entre os mesmos doador e donatário, serão consideradas todas as transmissões realizadas a esse título, ~~dentro de 5 anos~~,

devendo o imposto ser recalculado a cada nova doação, adicionando-se à base de cálculo os valores dos bens anteriormente transmitidos e deduzindo-se os valores dos impostos já recolhidos.”

Na verdade, o correto seria **1 ano civil**. Esse mecanismo é para evitar que pessoas driblem a lei, fazendo várias pequenas doações que se fossem únicas seriam isentas.

LEI Nº 10.011/2013 – Lei que dispõe sobre o ITCMD no Estado do Espírito Santo

Art. 10. § 6.º Na hipótese de sucessivas doações entre os mesmos doadores e donatário, serão consideradas todas as transmissões realizadas a esse título, dentro de cada ano civil, devendo o imposto ser recalculado a cada nova doação, adicionando-se à base de cálculo os valores dos bens anteriormente transmitidos e deduzindo-se os valores dos impostos já recolhidos.

QUESTÃO 29 (4000694140):

Tomando como base a Lei Nº 10.011/13, lei que dispõe sobre o ITCMD no Espírito Santo, analise o item a seguir:

Herculano recebeu uma doação e declarou tudo junto a Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo para fins de cálculo do ITCMD. Após isso, analisou o documento de arrecadação e observou que o valor a pagar era o equivalente a 5 VRTEs. É correto afirmar que Herculano está isento do pagamento do imposto.

() CERTO
(X) ERRADO

Solução:

"Herculano recebeu uma doação e declarou tudo junto a Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo para fins de cálculo do ITCMD. Após isso, analisou o documento de arrecadação e observou que o valor a pagar era o equivalente a 5 VRTEs. É correto afirmar que Herculano está ~~isento do pagamento do imposto~~."

Na verdade, a **isenção é para valores INFERIORES a 5 VRTEs**, logo o valor de 5 não está incluso na isenção.

LEI Nº 10.011/2013 – Lei que dispõe sobre o ITCMD no Estado do Espírito Santo

Art. 7.º Ficam isentas do imposto:

§ 2.º Estão, também, isentas do imposto a transmissão:

II - cujo valor do imposto devido, constante no documento de arrecadação, resulte em quantia inferior ao equivalente a cinco VRTEs.

QUESTÃO 30 (4000694516):

Tendo em vista a Lei 10.011 no Estado do Espírito Santo, avalie a questão a seguir sobre ITCMD.

Aplicar-se-á a penalidade, nos casos em que o sujeito passivo deixar de recolher o imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos regulamentares, de sessenta por cento do valor do imposto devido, se o recolhimento for motivado por ação fiscal.

(X) CERTO

() ERRADO

Solução:

Perceba que quando há necessidade de realizar uma ação fiscal a multa é maior, pois precisou de uma atuação do fisco.

LEI Nº 10.011/2013 – Lei que dispõe sobre o ITCMD no Estado do Espírito Santo

Art. 16. Aplicar-se-ão as seguintes penalidades nos casos em que o sujeito passivo deixar de recolher o imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos regulamentares:

III - sessenta por cento do valor do imposto devido, se o recolhimento for motivado por ação fiscal.



Estratégia
Concursos

4. Gabarito Preenchido

Questão	Certo	Errado	Questão	Certo	Errado
1	X		16	X	
2	X		17		X
3		X	18	X	
4		X	19	X	
5	X		20		X
6		X	21		X
7	X		22	X	
8		X	23	X	
9		X	24		X
10	X		25	X	
11	X		26	X	
12		X	27	X	
13		X	28		X
14	X		29		X
15		X	30	X	

CADERNOS DE QUESTÕES INÉDITAS DO SQ

1. Cadernos de questões inéditas - Lei nº. 7.000/01 - Lei do ICMS do Estado do Espírito Santo

[Do Fato Gerador e da Incidência](#)

[Da Não-Incidência](#)

[Das Isenções e Demais Benefícios](#)

[Da Suspensão da Cobrança do Imposto e do Diferimento](#)

[Da Base de Cálculo](#)

[Da Alíquota](#)

[Dos Regimes Especiais de Tributação](#)

[Da Sujeição Passiva: Contribuinte](#)

[Da Sujeição Passiva: Substituto Tributário](#)

[Da Sujeição Passiva: Responsável](#)

[Da Sujeição Passiva: Responsável Solidário](#)

[Do Cadastro Fiscal e da Inscrição](#)

[Do Local da Operação e da Prestação](#)

[Do Estabelecimento](#)

[Da Compensação do Imposto](#)

[Da Apuração do Imposto](#)

[Dos Prazos de Pagamento e do Documentário Fiscal](#)

[Das Obrigações Especiais dos Transportadores](#)

[Da Apreensão de Documentário, Mercadoria ou Bem](#)

[Das Multas e sua Redução](#)

[Do Pagamento Parcelado](#)

[Dos Lançamentos](#)



ia

[Da Restituição](#)

[Do Valor de Referência do Tesouro Estadual, Dos Juros e Da Fiscalização](#)

[Da Consulta](#)

[Das Infrações e Das Penalidades](#)

[Da Dívida Ativa](#)

[Da Certidão Negativa](#)

[Processo Tributário Administrativo: Disposição Preliminar](#)

[Processo Tributário Administrativo: Processo Fiscal](#)

[Processo Tributário Administrativo: Dos Prazos e Da Intimação](#)

[Processo Tributário Administrativo: Do Auto de Infração](#)

[Processo Tributário Administrativo: Da Impugnação](#)

[Processo Tributário Administrativo: Do Julgamento e Do Recurso](#)

[Processo Tributário Administrativo: Do Crédito Tributário de Natureza Não Contenciosa](#)

[Disposições Especiais](#)

2. Cadernos de questões inéditas - Lei nº. 6.999/01 - Lei do IPVA do Estado do Espírito Santo

[Da Incidência](#)

[Da Não Incidência e Das Isenções](#)

[Do Contribuinte e Do Responsável](#)

[Da Base de Cálculo](#)

[Das Alíquotas](#)

[Do Pagamento do Imposto](#)

[Da Administração do Imposto](#)

[Das Disposições Gerais, Finais e Transitórias](#)

3. Cadernos de questões inéditas - Lei nº. 10.011/13 - Lei do ITCMD do Estado do Espírito Santo

[Da Incidência](#)

[Da Não Incidência](#)

[Do Fato Gerador](#)

[Das Isenções](#)

[Da Sujeição Passiva](#)

[Do Cálculo e Do Pagamento do Imposto](#)

[Da Administração do Imposto](#)



Estratégia
Concursos